

EDITAL DE LICITAÇÃO RETIFICADO 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 239/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2023

TIPO: MAIOR OFERTA DE OUTORGA

OUTORGA DE PERMISSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS

SOLICITANTE: CATRANS/Secretaria de Serviços Urbanos

01 – PREÂMBULO

1.1 O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Santa Rita, 462, Centro, CEP 36770-020, inscrito no CNPJ sob o n. 17.702.499/0001-81, por intermédio do Prefeito José Henrique, torna público a realização do **Processo Administrativo nº 239/2023, Concorrência Pública nº. 005/2023**, ser julgada pelo critério **MAIOR VALOR DE OUTORGA** por regime de concessão, de quatro lotes de linhas que formam o sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros do município de Cataguases. A delegação para cada lote de linhas se dará através da seleção de empresa legalmente habilitada para o exercício da atividade econômica do transporte de passageiros, e que apresentar a **MAIOR VALOR DE OUTORGA** para prestar serviço público essencial de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus (Básico, Midi, Mini, Micro), segundo as normas estabelecidas nas legislações federais e municipais pertinentes, especialmente as contidas nas Leis Federais nº 8.987/95, nº 8.666/93 e 12.587/2012, e Leis Municipais: Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Autorizativa nº 4.009/2012, bem como as demais legislações de regência e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 Os envelopes "HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações, na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, **até as 09:00 horas do dia 19/02/2024**.

ENVELOPE Nº. 1 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

ENVELOPE Nº. 2 “PROPOSTA TÉCNICA”

DIA: 19/02/2024 às 09 (nove) horas.

LOCAL: Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 1 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”:

DIA E HORA: Imediatamente após o recebimento de todos os envelopes.

LOCAL: Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 2 “PROPOSTA TÉCNICA”

A abertura dos envelopes contendo a proposta técnica poderá ocorrer no mesmo dia ou em outra data, a ser devidamente divulgada após o término da fase de habilitação e esgotada inteiramente a fase recursal.

1.3 Se não houver expediente ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data prevista, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário estabelecidos anteriormente, desde que não haja comunicação em contrário.

1.4 Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Cataguases nomeada pela Portaria 389/2022 ou por outra equivalente, sendo responsável também a Comissão Técnica nomeada através de Portaria pela análise da documentação e dúvidas que porventura a Comissão Permanente possa ter.

1.5 Saliente-se, a todos os interessados nesta licitação que, para garantir o princípio da eficiência, publicidade e transparência, todos os atos oficiais, informações e resultados, que decorrerão deste processo licitatório serão centralizados e devidamente publicados no Diário Oficial do Município, e disponibilizados no site oficial **www.cataguases.mg.gov.br**, no link licitações. O certame licitatório será transmitido ao vivo no Facebook da Prefeitura Municipal de Cataguases.

1.6 Em caso de não solicitação, pelas licitantes, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, o direito a qualquer reclamação após a abertura dos envelopes de Habilitação (01).

1.7 Os envelopes 01 (Documentação de Habilitação) e 02 (Proposta Comercial), deverão ser entregues e protocolizados no local da sessão de abertura, no endereço supracitado, até as 9 (nove), do dia 19 de fevereiro de 2024, ocasião em que serão iniciados os trabalhos referentes ao presente certame.

1.8 Até a abertura dos trabalhos supra referida, os documentos de Habilitação e as Propostas serão recebidos oficialmente e, oportunamente, examinados e julgados, nos termos da Lei, pela Comissão de Julgamento designada. Após o horário estabelecido, não será recebida nenhuma espécie de documento, bem como não serão permitidos acréscimos ou modificações naqueles já recebidos.

1.9A abertura do envelope “01”, contendo a documentação de Habilitação, dar-se-á no mesmo local retro estabelecido, **às 9 h do dia 19 de fevereiro de 2024**. Havendo a concordância da Comissão Permanente de Licitação e de todos os proponentes, formalmente expressa pela assinatura de Termo de Renúncia, abdicando do direito de interposição de recurso da decisão da fase de Habilitação, proceder-se-á, nessa mesma data, dando-se continuidade a sessão, à abertura dos envelopes “02”, contendo a Proposta Comercial, dos proponentes classificados.

1.10 A análise das propostas será realizada pela Comissão Permanente de Licitação e pela Comissão Técnica, ficando-lhe facultado o direito de consultar demais responsáveis, se necessário.

1.11 O critério de julgamento da presente concorrência será o de **MAIOR VALOR DE OUTORGA** do serviço a ser prestado, nos termos do presente edital.

1.12 Todos os cálculos relativos ao julgamento do estudo econômico-financeiro apresentado junto com a proposta de valor de tarifa base serão efetuados com duas casas decimais, adotando-se o critério de arredondamento pela NBR 5891, da ABNT, aplicado ao resultado final de cada parcela calculada e às notas

finais.

1.13 O aviso resumo do instrumento convocatório da presente licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Jornal “Estado de Minas”, no diário oficial do Município e no sítio www.cataguases.mg.gov.br

1.14 Todas as informações pertinentes ao presente Edital estarão disponíveis no site “www.cataguases.mg.gov.br”, sendo de inteira responsabilidade das licitantes tomarem conhecimento das mesmas.

1.15 A intimação das empresas licitantes dos atos decorrentes do presente certame serão publicadas no Diário Oficial e sítio do Município www.cataguases.mg.gov.br, e para os casos previstos nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’ e ‘e’, do art. 109 da Lei nº 8.666/93, salvo se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em Ata.

1.16 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

1.16.1 Modelo de carta de credenciamento indicando a pessoa que representará a proponente, com menção expressa de todos os poderes, inclusive para receber intimações, interpor e desistir de interposição de recursos - **ANEXO I**;

1.16.2 Declaração de Aceitação das condições do Edital - **ANEXO II**;

1.16.3 Declaração Compromisso de manutenção da habilitação - **ANEXO III**;

1.16.4 Declaração de Atendimentos ao Ar. 27, V, da lei 8.666/93 - **ANEXO IV**;

1.16.5 Declaração de Exercício de Cargo **ANEXO V**;

1.16.6 Declaração de fatos Impeditivos - **ANEXO VI**;

1.16.7 Declaração de atendimento ao item 3.3 **ANEXO VII**;

1.16.8 Declaração de riscos **ANEXO VIII**;

1.16.9 Declaração de renúncia de visita técnica **ANEXO IX**;

1.16.10 Compromisso e Prazo de disponibilização da frota - **ANEXO X**;

1.16.10 Compromisso e Prazo de disponibilização da garagem - **ANEXO XI**;

1.16.10 Compromisso de Disponibilidade de Recursos Humanos - **ANEXO XII**;

1.16.10 Compromisso de Adoção de Programas de Trabalho - **ANEXO XIII**;

1.16.10 Compromisso de Estrutura Administrativa - **ANEXO XIV**;

1.16.11 Modelo da proposta comercial - **ANEXO XV**;

1.16.12 Minuta de contrato de outorga - **ANEXO XVI**;

1.16.13 Termo de referência - **ANEXO XVII**;

1.16.14 Estudo Preliminar - **ANEXO XVIII**;

1.16.15 Análise de viabilidade financeira - **ANEXO XIX**;

1.16.15 Planilhas ANTP - **ANEXO XX e XXV**;

1.16.15 Decreto 5738 - Regulamenta a Bilhetagem eletrônica - **ANEXO XXI**;

1.16.15 Lei 4.848/2022 - Bilhetagem eletrônica - **ANEXO XXII**;

1.16.16 Lei autorizativa nº 4009/2012 - **ANEXO XXIII**

1.16.16 Lei 2.194/1993 Lei que aprova o regulamento dos serviços de transporte público - **ANEXO XXIV**

02 – OBJETO

2.1 Constitui objeto da licitação a delegação, por regime de concessão, de quatro lotes de linhas que formam o sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros do município de Cataguases. A delegação para cada lote de linhas se dará através da seleção de empresa legalmente habilitada para o exercício da atividade econômica do transporte de passageiros, e que apresentar a **MAIOR VALOR DE OUTORGA** para prestar serviço público essencial de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus, segundo as normas estabelecidas nas legislações federais e municipais pertinentes, especialmente as contidas nas Leis Federais nº 8.987/95, nº 8.666/93 e 12.587/2012, e Leis Municipais: Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Autorizativa nº 4.009/2012, bem como as demais legislações de regência e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 A presente licitação é seleção da maior valor de outorga para a exploração da operação, com exclusividade, do Sistema de Transporte Coletivo Regular Urbano, a ser realizado por ônibus (Básico, Midi, Mini, Micro) ou qualquer outro modo que venha a ser implantado durante a vigência da concessão a ser autorizado pela Administração, colocados permanentemente à disposição do cidadão de Cataguases - MG, em 4 (quatro) lotes, incluindo as linhas descritas e detalhadas neste Edital e seus anexos, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei 8.666/93 e 8.987/95, em razão de comprovado interesse público, e desde que, durante o prazo contratual inicial, o serviço tenha sido executado na formado §1º, do art. 6º da Lei federal 8.987, de 13 de setembro de 1995 e arts. 5º, 6º, 8º, 10, 12 e 14 da Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012.

2.3 Detalhamento do Objeto: (VER SOBRE O DETALHAMENTO)

- 2.3.1 No início da operação, a Concessionária prestará os serviços de transportes organizados em uma rede de linhas com adequações em relação à situação atual, segundo as especificações do Anexo XVII e XVIII (Termo de referência e estudo preliminar);
- 2.3.2 Execução do serviço de transporte coletivo (operação) estipulado para os serviços definido no Anexo XVII, mediante a utilização de frota de veículos, recursos humanos e materiais adequados em conformidade com o presente Edital e com as normas técnicas e operacionais definidas no Contrato de Concessão, cuja minuta é apresentada no Anexo XVI.
- 2.3.3 Durante os primeiros 6 (seis) meses de operação dos serviços da concessão, o município de Cataguases e em conjunto com a Concessionária, divulgará e programará a implantação dos serviços propostos na reestruturação, apresentados no Anexo XVIII (Estudo preliminar) visando a reorganização dos serviços, a ampliação da qualidade e a reestruturação dos serviços;
- 2.3.4 A operação dos serviços compreende a realização de viagens utilizando-se frota de veículos operacionais e de reserva, com o pessoal necessário para operá-la e mantê-la, sendo os serviços organizados em linhas cujas características serão determinadas nos termos do Anexo XVII e XVIII (Termo de referência e estudo preliminar);
- 2.3.5 Cobrança dos usuários do serviço de transporte coletivo das tarifas oficiais fixadas pelo Executivo Municipal, prevendo ainda solução antecipada de venda de passagens;
- 2.3.6 Manutenção, remoção, guarda e conservação dos veículos que integram a frota, necessários à realização dos serviços objeto da concessão, bem como dos demais equipamentos embarcados

que neles estejam implantados;

- 2.3.7 A aquisição ou locação, implantação e manutenção de sistemas, softwares e equipamentos, embarcados ou não, necessários ou úteis para a implementação, manutenção, atualização e aprimoramento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, monitoramento, WIFI, QR Code, Central de Controle Operacional, vistoriados e aprovados pela Prefeitura de Cataguases, por intermédio da Catrans/Secretaria de Serviços Urbanos, conforme estabelecido na Lei 4.848/2022 e de Decreto de regulamento nº 5.738/2023.
- 2.3.8 Execução e manutenção de programas de treinamento, aprimoramento e capacitação dos funcionários da empresa no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à prestação do serviço de transporte, conforme Termos de Compromisso constante do Anexo XIII.
- 2.3.9 Incumbirá, ainda, à Concessionária, implantar serviço de informações aos usuários, local onde serão também recebidas reclamações e sugestões que deverão ser repassadas mensalmente ao órgão que fiscalizará, Catrans, através do email definido pela Administração, durante o horário comercial, através de atendimento pessoal e por telefone, mediante a disponibilização de linha de acesso gratuito, conforme descrito no Anexo XVII.
- 2.3.10 As características operacionais do serviço tais como itinerário, frequência, horários e frota e número de linhas poderão ser alteradas, a critério do Poder Concedente, sempre que necessário para o atendimento das necessidades dos usuários;
- 2.3.11 A quantidade de veículos dos serviços a critério do Poder Concedente;
- 2.3.12 A Concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido desde que observadas as cláusulas e condições do Contrato de Concessão, os termos do Edital e seus anexos;
- 2.3.13 Nos casos previstos no item anterior, a Concessionária será responsável pelos atos praticados pelo contratado, respondendo junto ao Poder Concedente e a terceiros pelo serviço prestado, na forma prevista em lei;
- 2.3.14 É permitida a transferência, desde que previamente aprovada pelo Poder Concedente e observados os requisitos da Lei Federal nº 8.987/95, sendo que a subconcessão não será permitida na concessão objeto deste licitação;
- 2.3.15 A contratação de terceiros em regime de direito privado não configurará o instituto da subconcessão nem acarretará nenhum vínculo do contratado e seus prepostos com a Concedente;
- 2.3.16 As demais condições para exploração e prestação dos serviços de transporte coletivo que integram o objeto deste Edital estão definidas na minuta do Contrato de Concessão (Anexo XVI) e nos anexos (termo de referência, planilha e estudo preliminar).
- 2.3.17 O sistema de bilhetagem eletrônica existente no Município de Cataguases deverá seguir as orientações conforme Lei Municipal 5.738/2023.

02 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 - Poderão participar da presente licitação todas as empresas que atendam às condições de capacidade jurídica, técnica, idoneidade financeira, regularidade fiscal e previdenciária, estabelecidas neste Edital e que tenham por objeto social a prestação de Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros.

3.2 Serão admitidas como proponentes pessoas jurídicas isoladamente ou reunidas em consórcio, obedecido ao disposto no inciso IV do art. 33 da Lei federal 8.666/93. Os concorrentes que optarem por participação em consórcio, além da documentação, definida no item 5 e seus subitens, obrigam-se-ão, ainda, a apresentar:

3.2.1 Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder responsável pelo consorcio e da proporção da participação de cada um, observadas as seguintes normas:

- a) a liderança do consorcio caberá, obrigatoriamente, a empresa nacional;
- b) a líder do consórcio deverá ser empresa que, proporcionalmente, tiver maior atribuição de responsabilidade no fornecimento do objeto deste;
- c) é solidária a responsabilidade dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- d) a empresa não poderá participar nesta licitação em mais de um consórcio;
- e) o licitante, se vencedor, fica obrigado a comprovar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso assumido;
- f) **é obrigatória a apresentação de todos os documentos exigidos no edital.**

3.3 Não poderão participar da presente Licitação os interessados suspensos de contratar e/ou impedidas de licitar, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, cujas penalidades tenham sido aplicadas por quaisquer Órgãos Diretos e/ou Indiretos desta Administração Pública Municipal, **e incorrerem em qualquer das condições impeditivas abaixo:**

- a) Estiverem sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou sob o concurso de credores, quando não apresente o seu plano de recuperação judicial devidamente homologado pelo juízo competente e desde que satisfaça as demais exigências de habilitação.
- b) Forem declaradas inidôneas, por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, das esferas federal, estadual, distrital ou municipal;
- c) Estiverem proibidos de transacionar com a administração pública e qualquer de seus órgãos descentralizados;
- d) Empresas cujos sócios sejam servidores ou dirigentes do Município de Cataguases, independente do cargo exercido;
- e) A empresa responsável pela elaboração do projeto básico, bem como empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontrato, nos termos do art. 9º, incisos I e II da Lei 8.666/93;
- f) empresas cujos sócios, ou diretores, responsáveis técnicos ou integrantes da equipe técnica pertençam simultaneamente a mais de uma empresa proponente;
- g) empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios, representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.4 Serão considerados inabilitados, na presente licitação, os concorrentes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos obrigatórios exigidos no presente Edital, ou incorrerem em

qualquer dos impedimentos mencionados.

04 – CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

4.1 – O extrato deste instrumento convocatório estará sendo divulgado no Jornal Oficial de Cataguases, no sítio desta Prefeitura.

4.2 - CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: licitacaopmcataguases@gmail.com , telefones (32) 99940-5331, ou no Setor de Licitações, na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, no horário de 08:00h às 16:00h.

4.3 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser feitos através do endereço licitacaopmcataguases@gmail.com , antes da data prevista para a entrega dos envelopes, ou seja, **até 2 (dias) úteis antes da data da abertura dos envelopes de Habilitação. Não serão respondidos esclarecimentos sem a formalização por email.**

4.4 - Os esclarecimentos serão respondidos pela Comissão de Licitação ou pela Comissão Técnica através do endereço eletrônico licitacaopmcataguases@gmail.com

4.5 - Serão disponibilizadas, além das respostas aos esclarecimentos, outras informações que a Comissão de Licitação julgar importantes, razão pela qual os interessados devem obrigatoriamente consultar pelo Jornal oficial do Município de Cataguases, para acompanhar o andamento do processo.

4.6 - O licitante que desejar receber informações ou esclarecimentos sobre o processo licitatório deverá protocolizar o pedido na Seção de Licitação da Prefeitura, localizada na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG, no horário de 08:00h às 16:00h, ou enviar através do e-mail: licitacaopmcataguases@gmail.com, dentro do prazo estabelecido no item 4.3.

05 – CREDENCIAMENTO

5.1 O CREDENCIAMENTO, será realizado impreterivelmente as 9h do dia 19 de fevereiro de 2024, horário de abertura da licitação, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Cataguases/MG, localizada na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases-MG.

5.2 A licitante que se fizer representar deverá emitir documento credenciando seu representante para tal fim, conferindo a ele poderes para praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, exceto os expressamente vedados, devendo este expediente ser entregue no ato pelo próprio preposto.

5.3 Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, carta de credenciamento, procuração ou documento equivalente.

5.4 Somente o representante credenciado poderá usar a palavra, apresentar reclamações e assinar atas, bem como renunciar ao direito de interpor recurso.

5.5 As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legalde licitante somente poderão assistir a sessão, na qualidade de ouvintes, sem qualquer participação.

5.6 É vedado que um representante se credencie para mais de uma empresa e o credenciamento de mais de um representante para a mesma empresa.

5.7 Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, deverá apresentar cópias autenticadas ou em original com cópia para serem autenticadas pelo servidor, do respectivo ato de constituição jurídica, devidamente registrado, que comprove a existência dos poderes de representação, e do documento de identificação pessoal.

5.8 Deverão ser entregues dois envelopes distintos, opacos, lacrados e rubricados pelo representante legal da Proponente, trazendo em sua parte externa a identificação conforme item 5.9.1 e 5.9.2

5.9 Todos os envelopes apresentados no presente certame deverão estar lacrados e identificados, contendo o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o nome e número da presente licitação. Em sua parte externa, os envelopes deverão trazer as seguintes informações:

5.9.1 ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contendo todos os documentos correspondentes à habilitação, indicando externamente:

<p align="center">CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 005/2023 ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO Município de Cataguases– MG Data de abertura: 19/02/2024 Horário de abertura: 09 h Razão ou denominação Social da proponente com endereço e CNPJ.</p>
--

5.9.2 **ENVELOPE 02 – PROPOSTA COMERCIAL**, indicando externamente:

<p align="center">CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 005/2023 ENVELOPE 02 – PROPOSTA COMERCIAL Município de Cataguases– MG Data de abertura: 19/02/2024 Horário de abertura: 09 h Razão ou denominação Social da proponente com endereço e CNPJ.</p>
--

5.10 O licitante poderá se fazer representar neste certame desde que, no início da sessão pública de abertura dos envelopes, seu representante apresente carta credencial ou procuração pública, ou instrumento particular com a assinatura do representante legal da empresa, e cópia do contrato social ou estatuto da empresa (no ato de credenciamento).

5.11 A não indicação de representante legal ou incorreção do instrumento de credenciamento impedirá a proponente de se manifestar durante as sessões.

5.12 Toda a documentação apresentada deverá ser expressa na língua portuguesa.

5.13 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

5.14 Serão desclassificadas as propostas que contenham divergências em relação às condições estabelecidas neste Edital, assim como quaisquer rasuras, emendas ou entrelinhas.

5.15 Os documentos de habilitação e propostas, somente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas **ou por membro da CPL – Comissão Permanente de Licitação**, ou publicação em órgão de imprensa oficial, **encadernada** de tal forma a não conter folhas soltas, devendo estar devidamente numeradas e rubricadas.

5.16 A apresentação de qualquer dos documentos solicitados contendo emendas, rasuras, entrelinhas, ou qualquer outro elemento que comprometa a sua autenticidade, implicará na inabilitação da Proponente.

5.17 Não serão aceitas remessa de documentação por via fac-símile, ou qualquer outro meio eletrônico.

5.18 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

5.18.1 Em nome da **licitante**, com número do CNPJ e endereço respectivo.

5.19 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta, a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

5.20 Os atestados de capacidade/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da **licitante**.

5.21 Em nenhuma hipótese conceder-se-á prazo para a apresentação de documento previsto no Edital e não apresentado em tempo hábil, exceto se todas as licitantes forem inabilitadas, quando a Comissão poderá abrir o prazo de 08 dias úteis para sanar a(s) pendência(s) documental(is), conforme determina o art. 48 da Lei 8.666/93.

5.22 A inabilitação da Proponente implicará na preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes desta licitação.

5.23 A Prefeitura de Cataguases não se responsabilizará por envelopes entregues em local diverso do indicado neste edital, na data e horário previstos neste Edital.

5.24 Imediatamente após encerrado o prazo para Credenciamento e Entrega dos envelopes, **não mais serão aceitos documentos**, e será dado início aos trabalhos, na presença dos representantes legais e demais interessados.

5.25 O **licitante** deverá arcar com todas as despesas e custos provenientes da preparação e participação das propostas, não cabendo ao Município de Cataguases, responsabilidades em relação a estes custos, qualquer que seja o resultado do **certame**.

06 – DA HABILITAÇÃO

6.1 Os Licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação em um único envelope fechado, lacrado e devidamente identificado.

6.2 A Comissão Permanente de Licitação juntamente com a Comissão Técnica procederá a um exame da documentação e somente continuarão no certame os proponentes que tenham sua documentação considerada em conformidade com os padrões e exigências deste Edital, sendo inabilitados os demais.

6.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1 Para fins de Habilitação Jurídica, deverão ser apresentados pelos licitantes os seguintes documentos:

a) Declaração expressa de aceitação dos termos deste Edital e responsabilidade pela veracidade dos documentos apresentados, bem como, conhecimento dos respectivos complementos, das Leis, Decretos, Regulamentos e normas existentes, pertinentes ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano por Ônibus de

Cataguases, MG, todos à disposição dos licitantes e partes integrantes deste Edital, conforme modelo apresentado no Anexo II do presente Edital.

b) **Declaração** de Compromisso de Manutenção de Condições de Habilitação, conforme modelo apresentado no Anexo III do presente Edital.

c) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou,

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, ou Contrato Social Consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado onde estiver localizada a sede da empresa, no qual conste obrigatoriamente como atividade da empresa a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros. No caso de Sociedade por Ações, o Estatuto deverá estar acompanhado dos documentos de eleição dos seus administradores, devidamente publicados.

e) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.

f) **Declaração** expressa de que a empresa cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo IV do presente Edital.

g) **Declaração** expressa que seus dirigentes integrantes da sua diretoria ou administradores não se encontram no exercício de cargo, emprego ou função pública, na Administração Municipal ou na Câmara Municipal de Cataguases/MG, conforme modelo constante do Anexo V do presente Edital.

h) **Declaração** de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante do Anexo VI do presente Edital.

6.4 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.4.1 Para fins de Regularidade Fiscal, deverão ser apresentados pelos licitantes os seguintes documentos:

a) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

6.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, portaria conjunta RFB/ PGFN nº 1.751 de 02 de outubro de 2.014, relativos a créditos tributários, Dívida Ativa da União e abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 21 de julho de 1.991.

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e a Dívida Ativa Estadual, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (tais) como certidão(ões) negativa(s) ou positiva(s) com efeitos de negativa(s), na formada lei, devidamente comprovadas documentalmente pela pessoa jurídica interessada, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e a Certidão de Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (tais) como certidão(ões) negativa(s) ou

positiva(s) com efeitos de negativa(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela pessoa jurídica interessada, emitida pela Fazenda do Municipal onde está sediada a empresa;

- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (Lei 12.440/11);
- e) Terão os mesmos efeitos que Certidão Negativa ou Certidão de Regularidade, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitidas pelos respectivos Órgãos, quando o crédito tributário se encontrar suspenso (Art. 151, c/c o Art. 206 do Código Tributário Nacional).
- f) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- g) Compromisso formal (Anexo VII), de não incorrer em qualquer das ações impeditivas definidas no item 3.3.

6.4.3 Prova de situação regular no cumprimento dos encargos sociais, mediante a apresentação do seguinte documento:

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

6.5 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.5.1 Para fins de qualificação econômico-financeira deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de pedidos de falência ou recuperação judicial, expedida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação da documentação de habilitação, pelo Cartório do Distribuidor do foro da sede da empresa.

a.1) Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, será permitida a sua participação no certame, desde que apresente junto à sua habilitação, o seu plano de recuperação judicial devidamente homologado e desde que satisfaça as demais exigências de habilitação.

- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (Cópias do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com Termo de Abertura e Encerramento, apresentados e devidamente registrados na Junta Comercial competente e, no caso de sociedades anônimas, acompanhados das respectivas publicações), que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da apresentação da proposta.

b.1.) No caso de empresas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), que poderão apresentar as demonstrações digitais e a comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, dispensada, neste caso, a apresentação do comprovante de registro, perante a Junta Comercial, dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário.

b.2) No caso de sociedades anônimas, deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis publicadas, na forma da lei.

- c) Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado de exercício assim apresentados:

c.1) em caso de sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

✓ publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

c.2) em caso de sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

✓ por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente; ou

✓ por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

c.3) em caso de sociedade criada no exercício em curso:

✓ fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

d) O balanço patrimonial e as demonstrações do Resultado de Exercício deverão ser assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

e) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, devidamente assinado por Contador com indicação do número deregistro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo representante legal da empresa.

f) A comprovação da boa situação financeira da Proponente será realizada pela apresentação dos seguintes índices Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Liquidez Geral, maior ou igual a 1.0 (um) e Endividamento Total (ET), que deverão apresentar valor menor ou igual a 0,70 (sete décimos), que deverão apresentar valor maior ou igual a 1 (um), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

f.1) Índice de Liquidez Corrente (LC), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}} > 1,00$$

Obs.: Índice de Liquidez Corrente, indica quantos reais estão disponíveis para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida em Curto Prazo.

f.2) Índice de Liquidez Geral (LG), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizavel a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}} > 1,00$$

Obs. Índice de Liquidez Geral, indica a capacidade de pagamento da empresa para saldar R\$ 1,00 (um real) de dívida de longo prazo.

f.3) Índice de Endividamento Total (ET), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ET = \frac{\text{exigível total}}{\text{ativo total}} < 0,70$$

Obs.: Índice de Endividamento Total, indica o nível de comprometimento que o Exigível Total exerce sobre o Ativo Total da Empresa, que representa a capacidade da empresa em liquidar todos os seus exigíveis de curto e longo prazo, sem reembolsar os seus sócios das contas do Patrimônio Líquido.

f.4) Em pesquisa realizada, os índices usualmente adotados em licitações, específicas de Transporte Coletivo de passageiros, inclusive pelo Governo Federal e do Estado de Minas Gerais são: Índice de Liquidez Corrente, Índice de Liquidez Corrente e Endividamento Total.

f.5) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, sob pena de inabilitação.

f.6) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador, com indicação do número de registro no CRC.

6.6 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.6.1 Para fins de qualificação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:

6.6.1.1 Termo de compromisso declarando que, para o início dos serviços, estará disponível frota de veículos, de acordo com as especificações mínimas do Edital e seus anexos, **modelo ANEXO X**.

6.6.1.2 Termo de compromisso declarando que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, estará disponível garagem com instalações e equipamentos, no município de Cataguases, de acordo com as especificações mínimas do Edital, conforme modelo constante no Anexo XI.

6.6.1.3 Termo de compromisso declarando que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, estará disponível os recursos humanos, materiais, demais veículos e equipamentos necessários à prestação de serviços, de acordo com as especificações mínimas do Edital, conforme modelo constante no Anexo XII;

6.6.1.4 Termo de compromisso declarando que será adotado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do início dos serviços atendendo todas as exigências apresentadas a seguir, conforme modelo constante no Anexo XIII:

6.6.1.4.1 uso de sistema informatizado em planejamento de transporte, estatística, controle da operação e em controles de manutenção, almoxarifado e administrativo;

6.6.1.4.2 uso de uniforme por motorista, imediato;

6.6.1.4.3 uso de sistemas de comunicação, e;

6.6.1.4.4 programas de adoção de teste de veículos e equipamentos embarcados.

6.6.1.5 Termo de compromisso declarando que, durante toda a vigência do Contrato objeto da Concorrência nº 005/2023, será mantida, no município de Cataguases, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, formuladas em separado, de forma a abranger, tão somente, os serviços objeto da licitação e de acordo com instruções a serem fixadas pelo Município de Cataguases conforme modelo constante no Anexo XIV.

6.6.1.7 **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:** Atestado comprovando experiência anterior na execução de serviço de transporte coletivo regular de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual, internacional ou em serviço privado autorizado de fretamento contínuo:

a) No caso de serviço público, o atestado deverá ser fornecido pelo Poder Público a quem a Licitante preste ou tenha prestado serviços.

b) No caso de serviço particular de fretamento contínuo, o atestado poderá ser fornecido pela pessoa jurídica pública ou privada a quem os serviços estejam sendo ou tenham sido prestados, constando o seguinte, para todos os atestados:

- ✓ Dados do contratado;
- ✓ Local da operação dos serviços;
- ✓ Tipo do serviço contratado;;
- ✓ A data de início e término dos serviços (quando o caso).

6.6.1.7.1 Será considerado compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (transporte urbano), nos termos do art. 30, inciso II da Lei 8.666/93, a apresentação de atestado em que conste a prestação de serviços utilizando no mínimo 50% da frota exigida nos lotes que forem ofertados nesta licitação, em pelo menos 1 (um) ano de contrato ou de concessão. O quantitativo mínimo de frota em cada lote é de 7 veículos e um reserva.

6.6.1.7.2 Na hipótese de a Licitante apresentar atestado(s) relativo(s) a serviços executados em consórcios, tal(is) atestado(s) deverá(ão) apontar a proporção, e se houver, as variações temporais de participação da empresa no consórcio.

6.6.1.8. CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL:

6.6.1.8.1 Deverão ser apresentados os seguintes documentos pessoais do profissional indicado: cópia de documento de identidade (carteira de identidade, carteira profissional, carteira de trabalho, passaporte ou carteira de habilitação) e documento que conste o número de inscrição do profissional indicado no CPF – Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

6.6.1.8.2 Comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa, o que poderá ser realizado por meio da apresentação de:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou Cópia da folha do Livro de Registro de Empregados, ou
- b) Cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo em vigor, em caso de sócio ou diretor, ou Cópia do Contrato de Prestação de Serviços.
- c) Declaração emitida pelo Prestador de Serviços de que concorda com a indicação e possui disponibilidade para exercer a função de responsável técnico dos serviços, caso a empresa seja vencedora.

6.6.1.8.3 Declaração de compromisso em manter na administração dos serviços, durante o período de vigência do contrato, o RT indicado detentor dos atestados no atendimento à capacidade técnico-profissional, fazendo constar que, caso mude o RT, este será substituído por outro de igual, ou maior experiência, o que deverá ser submetido anteriormente a análise da Administração. Essa Declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Proponente.

6.6.1.8.4 Atestado de capacidade técnico-profissional, compatíveis com a operação de serviços de transportes, em linhas regulares urbanas, semiurbanas e/ou rodoviárias de transporte de passageiros, emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço, devidamente registrado no CREA acompanhado da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico.

6.7 VISITA TÉCNICA

6.7.1 Os licitantes poderão realizar a visita técnica oficial na área objeto do serviço de transporte público coletivo do município de Cataguases e suas cercanias, para a verificação das condições locais, com a finalidade de obter avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da concessão, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local, e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação da sua proposta, bem como a prestação dos serviços.

6.7.2 Sem prejuízo da realização de vistorias informais pelos licitantes, por sua única responsabilidade, a vistoria oficial deverá ser agendada mediante requerimento por escrito a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, até 3 (três) dias úteis anteriores à data de realização da sessão, devendo ser encaminhado para o seguinte endereço eletrônico: catranscataguases@gmail.com

6.7.3 A visita técnica ocorrerá nos dias úteis da semana, sendo das segundas às quintas feiras no horário das 13 às 17 horas e às sextas feiras das 9 às 12 horas e será agendado pelo poder concedente, após o requerimento do licitante, nos termos do item precedente. Servidor responsável na Catrans: Bruno Conrado Saragoza Garcia Santos. Qualquer dúvida em relação a visita, favor enviar o email para catranscataguases@gmail.com e telefone: (32) 3429 2522.

6.7.4 Ao término da visita técnica oficial será fornecido aos representantes dos licitantes o atestado de visita técnica, o qual deverá ser juntado aos documentos de habilitação.

6.7.5 Quaisquer esclarecimentos deverão ser realizados por escrito pelas licitantes, sendo as respostas disponibilizadas no site da Prefeitura de Cataguases, na parte de licitação referente ao Edital.

6.7.6 O poder concedente considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento do serviço de transporte público coletivo do município de Cataguases, não podendo a concessionária, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do contrato, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o sistema.

6.7.7 O licitante se responsabiliza pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações vigentes aplicáveis aos serviços e aos locais, objeto da concessão.

6.7.8 O licitante que não tenha realizado visita técnica deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita técnica, termo de responsabilidade e renúncia à visita técnica, nos termos do modelo constante em anexo IX.

6.7.9 Tendo em vista que a visita técnica servirá para fornecer subsídios à elaboração da proposta, os responsáveis credenciados deverão ter o necessário conhecimento técnico. Não caberá nenhuma responsabilidade ao poder concedente em função da insuficiência de dados não levantados devidamente por ocasião da visita.

6.7.10 O licitante se responsabiliza pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações vigentes aplicáveis aos serviços e aos locais, objeto da concessão.

6.8 Após a assinatura do contrato, a Concessionária deverá, obrigatoriamente, durante toda a execução do contrato até a sua total liberação, demonstrar na Catrans em Cataguases/MG, que mantém as condições de sua habilitação, principalmente quanto aos encargos previdenciários.

07 – DA PROPOSTA TÉCNICA

7.1 Os Licitantes deverão apresentar a Proposta Comercial em um único envelope fechado, lacrado e devidamente identificado conforme item 5.9.2. A Comissão Permanente de Licitação procederá o exame da Proposta Comercial, nos termos dos Item 7, 8 e 9 do Edital. Somente continuarão no certame os proponentes que tenham sua proposta comercial considerada em conformidade com os padrões e exigências deste Edital e Anexos, sendo desclassificados os demais.

7.2 A Proposta Comercial será apresentada mediante a oferta, pelo proponente, do MAIOR VALOR DE OUTORGA, tendo como base os valores definidos no termo de referência, a saber:

- Lote 1 = R\$ 250.261,20;
- Lote 2 = R\$ 254.373,00;
- Lote 3 = R\$ 251.819,40;
- Lote 4 = R\$ 254.902,20.

Lote 1		Lote 2	
Linha	Faturamento jun/23	Linha	Faturamento jun/23
27 - São Marcos/Marote	R\$ 68.337,50	4 - São Vicente/Leonardo	R\$ 47.866,00
23 - Independência/Colinas	R\$ 27.328,00	5 - Granjaria/Taquara	R\$ 45.148,25
20 - Bandeirantes/Taquara	R\$ 32.355,75	22 - Dico Leite/Haidée	R\$ 26.657,75
16 - Ana Carrara/Chácara	R\$ 31.031,00	26 - Santa Clara/Sol Nascente	R\$ 36.953,00
19 - Ibraim/Marote	R\$ 28.936,25	8 - São Diniz/Imê Farage	R\$ 26.901,00
17 - Paraíso/Justino	R\$ 19.948,25	18 - Colinas/Taquara	R\$ 28.451,50
7 - São Sebastião/Bom Pastor	R\$ 614,25	24 - Granjaria/Sebastião Adolfo	R\$ -
Saldo mensal	R\$ 208.551,00	Saldo mensal	R\$ 211.977,50
Saldo anual	R\$ 2.502.612,00	Saldo anual	R\$ 2.543.730,00
Saldo 10 anos	R\$ 25.026.120,00	Saldo 10 anos	R\$ 25.437.300,00
Valor Outorga	R\$ 250.261,20	Valor Outorga	R\$ 254.373,00

Lote 3		Lote 4	
Linha	Faturamento jun/23	Linha	Faturamento jun/23
21 - Ana Carrara/Taquara	R\$ 42.491,75	1 - Sol Nascente/Santa Clara	R\$ 49.992,25
3 - Primavera/Isabel Tavares	R\$ 24.356,50	6 - Miguel/São Pedro	R\$ 32.592,00
11 - Taquara Preta/Meca	R\$ 41.562,50	25 - Sebastião Adolfo/Taquara	R\$ 10.234,00
2 - Isabel Tavares/São Marcos	R\$ 49.444,50	12 - Meca/Santa Clara	R\$ 31.001,25
13 - Bom Pastor/Guanabara	R\$ 8.116,50	10 - Bandeirantes/Dico Leite	R\$ 29.669,50
28 - Leonardo/São Vicente	R\$ 6.693,75	14 - São Diniz/Miguel	R\$ 29.153,25
15 - Ana Carrara/Ponte Alta	R\$ 37.184,00	9 - Ibraim/São Vicente	R\$ 29.776,25
Saldo mensal	R\$ 209.849,50	Saldo mensal	R\$ 212.418,50
Saldo anual	R\$ 2.518.194,00	Saldo anual	R\$ 2.549.022,00
Saldo 10 anos	R\$ 25.181.940,00	Saldo 10 anos	R\$ 25.490.220,00
Valor Outorga	R\$ 251.819,40	Valor Outorga	R\$ 254.902,20

7.2.1 Podendo o pagamento ser parcelado em 3 parcelas anuais, iniciando o pagamento no primeiro ano contratual no ato de sua assinatura e nos demais anos a cada dia 30 de janeiro.

7.3 A vencedora será aquela que apresentar valor igual ou superior ao supracitado, sendo que no caso de mais de uma empresa a que apresentar maior valor por lote será a vencedora.

7.4 A licitante poderá apresentar proposta para os 4 LOTES, sendo que deverá ser optar por 2 (DOIS) LOTES caso vença nos 4 lotes ofertados, vedado uma única empresa ser a vencedora de 3 (três) ou mais lotes em cumprimento a Lei Orgânica Municipal.

7.4.1 Em cada lote deverão ter no mínimo 7 (sete) veículos e 1 (um) de reserva.

7.5 A Proposta Comercial deverá ser apresentada conforme Anexo XV Modelo para Apresentação de Proposta Comercial, em moeda nacional, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais após a vírgula, sendo que, ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, contidos na proposta, prevalecerá este último.

7.6 A validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua entrega.

08 – CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

8.1 As propostas serão classificadas pela ordem decrescente de valor ofertado para o maior valor de outorga, considerando-se vencedora a de maior valor ofertado.

8.2 Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Cataguases/MG, poderá fixar aos licitantes o prazo 08 (oito) dias úteis para apresentação de novos documentos ou outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação, nos termos do § 3º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.3 Em caso de empate entre dois ou mais proponentes e depois de obedecido o disposto no § 2º do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, proceder-se-á o sorteio, para definir a ordem final de classificação das propostas.

09 – DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

9.1 O processamento desta licitação estará a cargo da Comissão de Licitação, que julgará em estrita conformidade com a Lei Federal n. 8.666/93.

9.2 A Comissão de Licitação se reunirá em sessão pública, no dia e horário agendado por este Edital, para a abertura dos envelopes.

9.2.1 A licitação terá três fases:

1. Credenciamento
2. Abertura dos envelopes de habilitação
3. Abertura dos envelopes de propostas

9.2 O não comparecimento de qualquer das Proponentes às sessões de abertura não impedirá que as mesmas se realizem.

9.3 Poderá manifestar-se no curso dos trabalhos de julgamento, em nome da empresa Proponente, o seu

dirigente, preposto ou procurador, credenciado através de Procuração/Carta de Credenciamento, que deverá ser entregue antes do início da sessão de abertura, conforme previsto nesse Edital.

9.4 Aberta a sessão, os representantes das Proponentes serão convidados a rubricar, juntamente com os membros da Comissão, os envelopes de habilitação e de propostas comerciais das Proponentes. Após, proceder-se-á a abertura dos envelopes, que contém os documentos de habilitação, para exame por parte dos presentes credenciados.

9.5 Ultrapassada a primeira fase do certame, não caberá a desclassificação por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes, ou somente conhecidos após julgamento.

9.6 A Comissão de Licitação não receberá envelope protocolizado em outro setor após o horário e data mencionados neste Edital.

9.7 Será facultado à Comissão de Licitação, ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, facultado o direito de consultar técnicos, se necessário.

9.8 Concluído o exame da documentação apresentada e dos questionamentos que tenham sido formulados, cumprirá à Comissão de Licitação anunciar sua decisão com respeito à habilitação das empresas licitantes e consultá-las sobre seu eventual interesse em renunciar ao prazo recursal.

9.9 A Comissão de licitação, caso julgue necessário, poderá suspender a audiência para analisar detidamente a documentação, dando publicidade ao resultado da habilitação em ocasião oportuna.

9.10 Suspensa a sessão, os documentos de habilitação, quando for o caso, e os envelopes "Proposta", estes devidamente fechados e rubricados por todos os membros da Comissão e pelos representantes presentes dos licitantes, ficarão empoder da Comissão.

9.11 Publicada a decisão da Comissão no Diário Oficial do Município e no site do município **www.cataguases.mg.gov.br**, abre-se o prazo recursal de que trata o art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.12 Satisfeitos os requisitos da primeira fase (habilitação) sem que tenha havido recurso ou diante da manifestação expressa em ata de sua desistência pelos participantes devidamente credenciados, ou mediante o julgamento dos recursos administrativos ofertados, passar-se-á para a segunda fase, fase de julgamento das propostas. Os Envelopes nº. 02 - Proposta de Preços das Proponentes inabilitadas serão devolvidos lacrados, mediante recibo ou por via postal.

9.13 Caso não haja, na sessão, renúncia expressa de interposição de recurso por parte de qualquer licitante, ou havendo ausência de qualquer um de seus representantes, constado na ata, a Comissão encerrará a sessão, mantendo em seu poder todos os envelopes de "Proposta" fechados e rubricados, abrindo-se, desta forma, o prazo recursal de que trata o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.14 Os envelopes com as propostas dos licitantes inabilitados não retirados pelos seus representantes na data de abertura das Propostas permanecerão em poder da Comissão, devidamente lacrados, durante 10 (dez) dias contados da citada data. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão descartados.

9.15 Após a fase de habilitação, não é admitida desistência da proposta, que será considerada em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente aceito pela Comissão.

9.16 Os envelopes nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS das Proponentes habilitadas serão abertos em sessão pública, os documentos serão rubricados por todos os presentes, e a Comissão Permanente de Licitação examinará a conformidade da proposta com as exigências do edital e realizará a classificação das mesmas

segundo o critério, definido no item 8 deste edital.

9.17 Estando presentes todos os representantes dos licitantes, a Comissão poderá intimá-los, por comunicação direta, da decisão sobre a classificação ou desclassificação, e o julgamento final da licitação. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de publicação no Diário Oficial do Município. Em qualquer caso, tudo deverá constar na ata que será assinada por todos os seus membros e pelos representantes dos licitantes.

9.18 Caso não haja, na sessão, renúncia expressa de interposição de recurso por parte de qualquer licitante, ou havendo ausência de qualquer um dos seus representantes, fato que deverá constar na ata, a Comissão encerrará a seção, fazendo publicar a sua decisão no Diário Oficial do Município, abrindo-se, a partir de então, o período recursal de que trata o artigo 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.19 Havendo absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, após a aplicação do disposto no § 2º do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, o critério de desempate será o sorteio.

9.20 À Comissão de Licitação compete consignar, em ata circunstanciada, todos os fatos ocorridos e pronunciamentos, verificados durante a realização do certame, submetendo o procedimento à homologação da Autoridade Competente.

9.21 O município de Cataguases se reserva o direito de, por despacho fundamentado da Autoridade Competente e, sem que caiba, em qualquer dos casos, direito de indenização à Proponente:

- a) Revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- b) Anular, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso.

10 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1 A Comissão de Licitações verificará se as propostas atendem as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos, desclassificando as que não satisfizerem as suas exigências, no todo ou em parte.

10.2 Os concorrentes serão classificados em ordem decrescente com base no resultado final do julgamento realizado.

10.3 Os demais concorrentes classificados no caso de impedimento legal, desistência ou decadência de direito do adjudicatário original, obedecida a ordem de classificação e critério de operação exclusiva, poderão vir a ser chamados para firmar o contrato de concessão, atendida as disposições do Artigo 64 e parágrafos da Lei 8.666/93.

10.4 A contratação do licitante vencedor efetuar-se-á em até 15 (quinze) dias úteis após a homologação da concorrência.

10.5 Não será aceito, em qualquer hipótese, a entrega de documentação complementar que deveria constar da Proposta Técnica.

10.6 Nos termos do §2º do art. 45, da Lei n. 8.666/93, no caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11 – DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 - Será facultado aos licitantes, nos termos do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93 e suas posteriores alterações, interposição de recursos, conforme situações, prazos e condições estabelecidas no referido artigo, decaindo do direito aos mesmos, se ultrapassarem os prazos ali previstos.

11.2 - Os recursos serão dirigidos ao Prefeito de Cataguases, através da Comissão de Licitação, que poderá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para decisão, que também será proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.3 - Os recursos deverão ser feitos por escrito e somente haverá recebimento daqueles que forem devidamente protocolados no setor de Protocolo da Prefeitura aos cuidados da Comissão de Licitação, situado na Rua Gama Cerqueira, 70, Centro, Cataguases (MG) ou enviados por email licitacaopmcataguases@gmail.com com a devida confirmação de recebimento.

11.4 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, aquele que, tendo-o aceito sem objeções, venha após a entrega das propostas apontar falhas ou incorreções. Qualquer alegação posterior a esse respeito, não terá efeito de recurso perante este Município.

11.5 - O Recurso para habilitação ou inhabilitação do licitante, e julgamento das propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

11.6 - Qualquer **CIDADÃO** é parte legítima para **IMPUGNAR EDITAL DE LICITAÇÃO** por irregularidade na aplicação da Lei 8666/93, devendo protocolar o pedido até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

11.6.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o **LICITANTE** que não o fizer até o **2º (segundo dia)** útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12. DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

12.1 Os serviços de transporte coletivo, no Município, prestado pela operadora, serão remunerados pela receita da tarifa pública, arrecadada através da cobrança da tarifa fixada pelo Prefeito Municipal nos termos do regulamento 2.194/1993

12.2 A remuneração da operadora será verificada anualmente, nas condições estabelecidas no Contrato, conforme planilha da ANTP para critério de reajuste.

12.3 O valor por passageiro remunerável poderá ser revisto, mediante estudo técnico fundamentado, nas seguintes situações:

12.3.1 A variação dos dados de produção e oferta (quilometragem rodada, quantidade de veículos e suas características);

12.3.2 O impacto da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais que tenham repercussão direta nas receitas tarifárias ou despesas da Concessionária relacionadas com a prestação dos serviços, e

12.3.3 Ocorrência de eventos excepcionais que promovam modificações imprevistas ou imprevisíveis nos encargos e vantagens da Concessionária.

12.4 A Concessionária poderá explorar, como fonte de receitas alternativas, a veiculação de publicidade, o uso de espaços lógicos dos cartões do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, a veiculação de publicidade nos veículos e na implantação de novas tecnologias nas condições estabelecidas na Minuta do Contrato, no Anexo XVI.

12.5 As características operacionais dos serviços do serviço: itinerário, frequência, horários e frota das linhas, poderão ser alteradas a critério da Catrans, sempre que necessário para atendimento das necessidades dos usuários.

12.6 A concessionária deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido na Lei 8.987/95, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

12.7 Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

12.8 A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

12.9 Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

12.9.1 motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e

12.9.2 por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 Para garantir o fiel cumprimento das obrigações que serão assumidas pela concessionária quando da assinatura do contrato a concessionária deverá apresentar ao poder concedente o comprovante de que prestou a garantia de execução do contrato, referente às obrigações contratuais, observadas as seguintes condições:

13.1.1 A licitante declarada vencedora do presente certame deverá efetuar, até a data da assinatura do Contrato de Concessão, o recolhimento, na Prefeitura Municipal de Cataguases/MG, de garantia de execução das obrigações contratuais no valor correspondente equivalentes a 5,0% do valor da receita bruta DE CADA LOTE, relativo a um ano de operação conforme apresentado no Anexo XVII, termo de referência, a saber: Receita Bruta Lote 1 R\$ 2.502.612,00, Lote 2 R\$ 2.543.730,00, Lote 3 R\$ 2.518.194,00 Lote 4 R\$ 2.549.022,00 , sob uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) Fiança bancária;

c) Seguro garantia.

13.1.1.1 **Caução em Dinheiro**, deverá ser apresentada em moeda nacional (Real) ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional;

13.1.1.2 **Caução em títulos da dívida pública**, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhados de comprovante de sua validade atual, liquidez e valor, conforme definido pelo Ministério da Fazenda e deverão ser emitidos na forma prescrita pela Lei nº 10.179/2001 e do Decreto nº 3.859/01.

13.1.1.3 **Caução em seguro-garantia**, deverá ser fornecido por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil.

13.1.1.3.1 Caso seja utilizada a **modalidade de seguro-garantia**, a apólice deverá estar acompanhada da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação e deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação automática, vinculada à reavaliação do risco.

13.1.1.4 Caução na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por instituição bancária classificadas entre os 30 (trinta) maiores Bancos, conforme Relatório emitido trimestralmente pelo Banco Central.

13.2 A referida garantia deverá ser renovada anualmente, durante todo o prazo do Contrato de Concessão, admitindo-se como critério de reajuste, a variação anual da tarifa do transporte coletivo de passageiros, a partir da data de assinatura do contrato.

13.3 A renovação anual da garantia deverá ser providenciada, durante todo o transcurso do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, sob pena de aplicação das penalidades legalmente previstas.

13.4 O Poder Concedente poderá executar, total ou parcialmente, a Garantia de Execução das Obrigações Contratuais nos casos de inadimplemento das obrigações assumidas pela Concessionária e, em particular quando do não pagamento de multas contratuais e administrativas que tenham sido confirmadas após o trâmite recursal.

13.5 A **Garantia de Execução do Contrato** de que trata o item 13, servirá para cobrir:

13.5.1 o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo poder concedente face ao inadimplemento da concessionária, para levar a efeito.

13.5.2 O pagamento de multas que forem aplicadas à concessionária em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais.

13.6 Sempre que o valor do contrato for reajustado, calculado com base na tarifa de remuneração, em razão da assinatura de termos aditivos, a concessionária deverá complementar a garantia, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da vigência do reajustamento, de modo a manter inalterada a proporção fixada, nos termos previstos no contrato.

13.7 A garantia especificada neste item deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses.

13.8 As garantias oferecidas não poderão conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.

13.9 Todas as despesas decorrentes da prestação das garantias correrão por conta da concessionária.

13.10 A garantia deverá ser prestada em real, e seu valor será atualizado, na mesma época, forma e periodicidade, estabelecidas na cláusula de reajuste da minuta do contrato de concessão.

14. RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 Independentemente de interpelação judicial, o Contrato de Concessão poderá ser rescindido nas hipóteses previstas pelas Leis federais nº 8.666/93 e nº 8.987/95 e Legislação Municipal.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Pela inadimplemento total ou parcial do contrato o Município poderá, garantida a prévia defesa, respeitado

o contraditório e obedecido o devido processo legal, aplicar à Concessionária as seguintes sanções:

15.1.1 Advertência escrita;

15.1.1.1 Caso não seja repassada informações solicitadas do poder concedente;

15.1.1.2 Descumprir itinerários ou criar novos itinerários;

15.1.1.3 Não repassar documentos solicitados;

15.1.1.4 Não repassar as reclamações dos usuários mensalmente;

15.1.1.5 Descumprir as exigências das leis de gratuidade.

15.1.1.6 A advertência será aplicada pela CATRANS, conforme regulamento próprio.

15.1.2 Multas;

15.1.2.1 Após 3 advertências escritas, a multa contratual deverá ser realizada no valor de 10 UFM (Unidade Fiscal Municipal).

15.1.2.2 A multa será aplicada pela CATRANS, conforme regulamento próprio.

15.1.3 Rescisão contratual, após a reincidência de 3 multas do mesmo tema no prazo de 2 anos. Além das situações previstas em leis, conforme o item 14.1, além da suspensão temporária, inidoneidade e caducidade, descritos a seguir.

15.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

15.1.4.1 A suspensão temporária será dada conforme comprovada fraude e/ou incorreção de informações, para benefício próprio, em documentos repassados ao poder concedente, ou após regular processo administrativo que culminar em Rescisão Contratual em que a Concessionária der causa por descumprimento contratual.

15.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção com base no item anterior, e;

15.1.6 Declaração de caducidade da concessão, nos termos do disposto pela lei federal nº 8.987/95, em especial, seus artigos 27 e 38.

15.1.7 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, observado quanto à caducidade o procedimento especial previsto no artigo 38 da lei federal 8.987/95, notadamente, seus §§ 4º e 5º.

15.1.8 O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de Cataguases, MG, dentro de 03

(três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

15.1.9 A advertência escrita e as multas serão aplicadas pela Catrans, conforme regulamento a ser publicado.

15.1.10 Nos casos em que é prevista pena de Rescisão Contratual, deverá ser instaurado processo administrativo pela Controladoria, conforme lei municipal 4879/22, que respeitados os princípios constitucionais e os mandamentos do presente contrato, apurará a conduta e aplicará a pena proporcional ao dano causado e em conformidade com as legislações vigentes.

15.1.11 O processo administrativo será instaurado pela controladoria, conforme lei municipal 4879/22.

15.1.12 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

15.1.12.1 A suspensão temporária será dada conforme comprovada fraude e/ou incorreção de informações, para benefício próprio, em documentos repassados ao poder concedente.

15.1.13 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção com base no item anterior, e;

15.1.14 Declaração de caducidade da concessão, nos termos do disposto pela lei federal nº 8.987/95, em especial, seus artigos 27 e 38.

15.1.15 Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com o Município, e de 15 (quinze) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.1.16 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, observado quanto à caducidade o procedimento especial previsto no artigo 38 da lei federal 8.987/95, notadamente, seus §§ 4º e 5º.

15.1.17 O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de Cataguases, MG, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

16 – DOS PRAZOS

16.1 O contrato terá vigência de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei 8.666/93 e 8.987/95, em razão de comprovado interesse público, e desde que, durante o prazo contratual inicial, o serviço tenha sido executado na forma do §1º, do art. 6º da Lei federal 8.987, de 13 de setembro de 1995 e arts. 5º, 6º, 8º, 10, 12 e 14 da Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012.

16.2 A concessionária terá o prazo de até 90 (noventa) dias do recebimento da ordem de serviço para iniciar, efetivamente, a execução do contrato.

16.3 O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado/renovado por igual período, nos termos do artigo 23, XII da Lei Federal nº 8.987/95, artigos 40 e 64 da Lei 8.666/93, e desde que cumpridas as seguintes formalidades:

16.3.1 comprovado interesse público;

16.3.2 Inexistirem investimentos em atraso por parte da concessionária;

16.3.3 O Índice de Qualidade do Serviço da concessionária, calculado conforme indicadores item 11 do termo de referência.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A Prefeitura Municipal de Cataguases/MG, se reserva o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, adiar, suspender ou revogar a presente Licitação, sem que isso represente motivo para que os participantes pleiteiem qualquer tipo de indenização.

17.2 Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação e pela Comissão Técnica nomeada caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, à autoridade superior, os quais terão efeito suspensivo.

17.3 Fica assegurado à Comissão Permanente de Licitação e Comissão Técnica o direito de proceder a exames e outras diligências, a qualquer tempo e na extensão necessária, a fim de esclarecer possíveis dúvidas a respeito de quaisquer dos elementos apresentados na licitação.

17.4 Pela elaboração e apresentação da documentação e da proposta, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

17.5 A Concessionária deverá assumir, para execução do objeto contratado, por sua conta e encargo, todas as despesas com a contratação de pessoal, inclusive recolhimentos previdenciários, fiscais, trabalhistas e tributários, regidas pelas disposições de direito privado, não se estabelecendo em qualquer hipótese relação entre os terceiros contratados pelas Concessionárias e a Concedente.

17.6 Uma vez declarado o vencedor pela Comissão Permanente de Licitação, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior para deliberações quanto a Homologação e Adjudicação do objeto da licitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis

18 – DO FORO

18.1 As partes elegerão o Foro da Cidade e Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do cumprimento do contrato dela originado.

18.2 E, para conhecimento do público expede-se o presente Edital nº 005/2023, que deverá ser disponibilizado, na íntegra, no sítio oficial do Município de Cataguases, também disponível no Setor de Licitação.

18.3 As assinaturas da Comissão Permanente de Licitação e aprovação da Procuradoria Geral, em todo processo licitatório, encontram-se acostados no original do Processo Administrativo.

Cataguases, (MG), 14 de dezembro de 2023

José Henriques
Prefeito de Cataguases

ANEXO I

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Cataguases

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Pela presente, credenciamos o Sr. _____, portador de carteira de identidade nº _____, como nosso representante no processo de Concorrência Pública nº 005/2023, do Município de Cataguases, podendo o credenciado requerer, assinar, receber, recorrer, impugnar, renunciar a recursos e praticar enfim, todos os demais atos necessários à aludida representação.

Data, carimbo e assinatura do representante legal da proponente, com firma reconhecida.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Declaro que li e aceito todos os termos do Edital nº 005/2023, de OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES– MG, e que conheço todos os seus anexos, normas legais e infralegais pertinentes ao transporte público de Cataguases, responsabilizando-me, ainda, pela veracidade dos documentos apresentados.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA HABILITAÇÃO

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

A Licitante signatária, declara que manterá todas as condições da habilitação enquanto estiver em vigor o contrato originado da Concorrência nº 005/2023, referente à OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES – MG.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Declaro, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, salvo, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE CARGO

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Declaro de forma expressa que nossos dirigentes integrantes da diretoria ou administradores não se encontram no exercício de cargo, emprego ou função pública, na Administração Municipal ou na Câmara Municipal de Cataguases/MG.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Declaramos, para os devidos fins, que a licitante:

- Não cumpre as sanções dos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei n.º 8.666/93;
- Não está sob processo de falência ou recuperação judicial;
- Não está em liquidação ou dissolução;
- Não está proibido de transacionar com a administração pública e qualquer de seus órgãos descentralizados;
- Não é declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Não possui dirigentes integrantes da sua diretoria ou administradores que se encontram em cargo, emprego ou função pública, na Administração Municipal ou na Câmara Municipal de Cataguases.

Ademais, nos comprometemos a não incorrer nos impedimentos acima discriminados e informar ao Poder Concedente, imediatamente, sobre ocorrências posteriores que modifiquem as situações acima expostas.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 3.3

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Declaramos, para os devidos fins, que a licitante não se enquadra nas sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, e não incorrerem em qualquer das condições impeditivas discriminadas abaixo:

- a) Sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou sob o concurso de credores;
- b) Em liquidação ou dissolução;
- c) Proibidos de transacionar com a administração pública e qualquer de seus órgãos descentralizados;
- d) Declarada inidônea por ato do Poder Público;
- e) Sócios ou dirigentes sejam servidores do Município de Cataguases, independente do cargo exercido;
- f) Não é empresa responsável pela elaboração do projeto básico, nos termos do art. 9º, incisos I e II da Lei 8.666/93;
- g) Que seus sócios, ou diretores, responsáveis técnicos ou integrantes da equipe técnica pertençam simultaneamente a mais de uma empresa proponente;
- h) Não são empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios, representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RISCOS

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

Declaramos, para os devidos fins, que a licitante tem pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos na concessão e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de suas propostas.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISITA TÉCNICA

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

Prezados Senhores,

....., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a), portador da Carteira de Identidade nº..... e do inscrito no CPF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no subitem 6.7.8 do EDITAL, para a prestação dos serviços objetodesta licitação, que:

- A) Renuncia, expressamente, à realização da visita técnica prevista no item 6.7 do EDITAL;
- B) Tem pleno conhecimento das atividades que compõem o serviço de transporte público coletivo do município de Cataguases e das condições de sua execução; e
- C) Tem total capacidade, e detém todas as informações necessárias, para a elaboração de sua proposta.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO X

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DE FROTA

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

A Licitante signatária se compromete, para o início dos serviços objeto da Concorrência nº 005/2023, referente à OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES – MG, estará disponível frota de veículos, de acordo com as especificações mínimas do do Edital e seus anexos.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO XI

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DE GARAGEM

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

A Licitante signatária se compromete, para o início dos serviços objeto da Concorrência nº 005/2023, referente à OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES – MG, que estará disponível garagem com instalações e equipamentos, de acordo com as especificações mínimas dadas no do Edital até o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO XII

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, VEÍCULOS DE APOIO E EQUIPAMENTOS

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

A Licitante signatária declara que os recursos humanos, materiais, veículos de apoio e equipamentos necessários à prestação dos serviços objeto da Concorrência nº 005/2023, referente à OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES – MG, conforme especificações mínimas dadas no Edital e seus anexos, estarão à disposição até o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do contrato.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO XIII

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ADOÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO E EQUIPAMENTOS

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

A Licitante signatária se compromete, para os devidos fins do Edital Concorrência nº 005/2023, referente à OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES – MG, que os programas relacionados na Tabela abaixo serão adotados, no prazo máximo de **90 (noventa)** dias:

- 1 - Programas regulares de treinamento e capacitação de mão-de-obra para motoristas, funcionários de manutenção e funcionários administrativos;
- 2 - Uso de sistema informatizado em planejamento de transporte, estatística, controle da operação e em controles de manutenção, almoxarifados e administrativos;
- 3 - Uso de uniforme por motorista, imediato;
- 4 - Uso de sistemas de comunicação, e;
- 5 - Programas de adoção de teste de veículos e equipamentos embarcados.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO XIV

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL E FISCAL ESPECÍFICA.

(Local e data)

À Prefeitura Municipal de Cataguases

Referência: **Processo Licitatório nº 239/2023**
Concorrência Pública nº 005/2023

A Licitante signatária declara que durante toda a vigência do Contrato objeto da Concorrência nº 005/2023, referente à OUTORGA DE CONCESSÃO PARA OPERAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE CATAGUASES – MG, será mantida, no município de Cataguases, administração específica e escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, formuladas em separado, de forma a abranger, tão somente, os serviços objeto da licitação e de acordo com instruções a serem fixadas pela Prefeitura Municipal de Cataguases.

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO XV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Objeto: Serviço público essencial de transporte coletivo urbano de passageiros.

Prezada Comissão,

O [NOME DO LICITANTE], (qualificação), por meio de seu representante legal, [NOME DA EMPRESA LÍDER – se Consórcio], (qualificação), vem, respeitosamente, pela presente, submeter à apreciação, de sua **PROPOSTA ECONÔMICA** para execução do OBJETO da LICITAÇÃO, elaborada conforme os exatos termos do EDITAL.

Propomos, como valor de outorga pago pelo outorgado o valor total de **R\$ (por extenso), sendo:**

Lote XX (número do lote conforme tabela que consta no item 7.2) o valor de R\$ _____

Lote XX número do lote conforme tabela que consta no item 7.2) o valor de R\$ _____

Lote XX número do lote conforme tabela que consta no item 7.2) o valor de R\$ _____

Lote XX número do lote conforme tabela que consta no item 7.2) o valor de R\$ _____

Total: _____

A licitante poderá apresentar proposta para os 4 LOTES, sendo que deverá ser optar por 2 (DOIS) LOTES caso vença nos 4 lotes ofertados, vedado uma única empresa ser a vencedora de 3 (três) ou mais lotes em cumprimento a Lei Orgânica Municipal.

O pagamento será parcelado em 3 parcelas anuais, iniciando o pagamento no primeiro ano contratual no ato de sua assinatura e nos demais anos a cada dia 30 de janeiro.

O valor da PROPOSTA ECONÔMICA acima apresentado considera como data-base o dia [data].

DECLARAMOS, expressamente, que:

(I) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação e temos pleno conhecimento do local e das condições e exigências de execução dos trabalhos.

(II) Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições estabelecidas no CONTRATO e seus ANEXOS.

(III) Temos pleno conhecimento do local e das condições de execução dos trabalhos e utilizaremos as equipes técnica e administrativa e os equipamentos que forem necessários para a perfeita execução dos serviços objeto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, nos prazos programados.

(IV) Comprometemo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, sempre que assim seja necessário para manter níveis adequados dos indicadores de qualidade da disponibilidade e de desempenho ou quando seja exigido pela Prefeitura de Cataguases.

(V) Na execução dos serviços observaremos, rigorosamente, as especificações das normas legais e regulamentares brasileiras, bem como as recomendações e instruções do Prefeitura de Cataguases, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela realização dos trabalhos em conformidade com as especificações e os padrões do Prefeitura de Cataguases.

(VI) Comprometemo-nos a efetuar todos os investimentos necessários à execução do OBJETO, ao suprimento e montagem dos bens, equipamentos e instalações de sua obrigação, como estabelecido no CONTRATO.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(VII) A proposta foi elaborada de maneira independente **[pelo NOME DO LICITANTE/CONSÓRCIO/LÍDER]**, e que o conteúdo da presente proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

(VIII) A intenção de apresentar a presente proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente LICITAÇÃO, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

(IX) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante, potencial ou de fato, da presente LICITAÇÃO quanto a participar ou não da referida LICITAÇÃO.

(X) Que o conteúdo da presente proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do OBJETO da LICITAÇÃO

Por ser verdade, firmamos a presente, nos termos e sob as penas da lei.

Cataguases, ____ de _____ de 2023.

Local, data, carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

ANEXO XVI- MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si celebram o Município de Cataguases e a empresa _____, pela outorga de concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo no Município de Cataguases, nos termos do Processo Administrativo Nº 239/2023, Concorrência Pública Nº 005/2023.

Aos ____ (____) dias do mês ____ de 2023, nesta cidade, no prédio da Prefeitura Municipal de Cataguases, na Praça Santa Rita, 462, Centro, Cataguases-MG, na presença das testemunhas infra-assinadas, compareceram as partes entre si justas e contratadas a saber, de um lado o Município de Cataguases inscrito no CNPJ/MF nº 17.700.499/001-81, doravante denominado "Poder Concedente", neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, Sr. José Henriques, e de outro lado a _____, CNPJ nº _____, com sede na cidade de _____ (endereço) doravante denominada "Concessionária", neste ato representada pelo seu sócio- diretor _____ (nome, CPF, RG, profissão)

Firmam o presente contrato, em consonância com os termos do Processo Administrativo Nº 239/2023, Concorrência Pública nº 005/2023, que fica fazendo parte integrante deste, sujeitando-se, ainda, às normas gerais das Leis Federais nº 8.987/95, nº 9.074/95, nº 9.648/98, nº 12.587/12, nº 8.078/90 e no que couber à concessão de serviços públicos pelas Leis Federais nº 8.666/93, nº 8.883/94; da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal Autorizativa nº 4.009/2012 e as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da licitação a delegação, por regime de concessão, de quatro lotes de linhas que formam o sistema de transporte público coletivo urbano de passageiros do município de Cataguases.

1.2 Por este instrumento e na melhor forma de direito o Município de Cataguases concede à _____ exploração e a prestação dos serviços, por conta e risco da concessionária, do Sistema de Transporte Público de passageiros Cataguases, a ser prestado mediante concessão, cujas regras o presente instrumento se submete, assim como às contidas na legislação municipal de transporte coletivo, de acordo com as condições estipuladas no Processo Administrativo 239/2023, Concorrência Pública nº 005/2023, e na Proposta apresentada pela Concessionária, que fazem parte integrante deste Contrato.

1.3 Os serviços ora concedidos deverão ser prestados de modo a atender às necessidades do interesse público, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência e atualidade conforme previsto no Edital.

1.4 Fica estabelecido que a Concessionária terá exclusividade na execução dos serviços referente ao (s) lote _____ objeto deste Contrato, não podendo o Poder Concedente contratar outra empresa para a prestação de quaisquer serviços que estejam previstos no escopo da presente concessão, durante a sua vigência.

1.5 Os serviços do sistema de transporte público coletivo de passageiros no município de Cataguases, parte constitutiva do objeto do presente contrato, compreendem: serviço regular, serviço sob demanda tarifa fixa e serviço sob demanda tarifa dinâmica.

1.6 O serviço regular de transporte público coletivo consiste em itinerários regulares fixos, e cobrança de tarifa fixa integrada, contra a única exigência de pagamento da tarifa pública fixada em decreto pelo município, observadas as gratuidades, descontos tarifários e integrações tarifárias, a ser ofertado conforme as ordens de serviços operacionais, confirmadas pela concedente durante a vigência do contrato de concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO TIPO DE CONCESSÃO

2.1 A concessão é de prestação de serviço público explorado mediante cobrança de tarifa direta do usuário, fixada por ato do Poder Concedente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO

3.1 O valor de outorga pago pelo outorgado o valor total de R\$ (por extenso), sendo:

3.1.1. Lote XX (número do lote conforme tabela que consta no item 7.2) o valor de R\$ _____

3.1.2 Lote XX número do lote conforme tabela que consta no item 7.2) o valor de R\$ _____

3.1.4 Total dos lotes: _____

3.2 Linhas referente a cada lote:

3.3 O pagamento será parcelado em 3 parcelas anuais, iniciando o pagamento no primeiro ano contratual no ato de sua assinatura e nos demais anos a cada dia 30 de janeiro.

CLÁUSULA QUARTA- DOS OBJETIVOS E METAS DA CONCESSÃO

4.1 Os objetivos e metas da concessão são os definidos no Edital e devem ser alcançados sem prejuízo de disposições específicas, mediante o integral cumprimento deste Contrato.

4.2 No Edital e seus Anexos, bem como na Proposta da Concessionária, estão definidas as obras, os serviços e as especificações a serem executadas / cumpridas pela Concedente, durante o prazo da concessão.

CLÁUSULA QUINTA – DA ASSUNÇÃO DE RISCOS

5.1 A Concessionária assume em decorrência deste Contrato, integral responsabilidade por todos os riscos inerentes à concessão, exceto nos casos em que o contrário resulte do estabelecido no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O sistema de transporte coletivo de Cataguases é constituído de 28 linhas que utilizam um frota total de 30 veículos e transportam cerca de, aproximadamente, 19 mil passageiros por dia útil (dados de Junho de 2023).

6.2 A tarifa atualmente no sistema do transporte urbano é de R\$ 3,50. E o sistema é dividido em passageiros pagantes e não pagantes conforme a seguir:

- Passageiros convencional - A tarifa convencional é utilizada pelo usuário comum que paga a tarifa sem desconto, sendo paga diretamente para o motorista;
- Vale-transporte – o vale transporte é utilizado por trabalhadores, sendo o pagamento feito pelo empregador, que realiza a compra antecipada;
- Idoso – os usuários idosos (maiores de 65 anos) têm direito à gratuidade no sistema de transporte. O acesso destes passageiros é feito pela porta da frente, após a identificação pelo motorista;
- Estudante – os estudantes possuem o benefício de um desconto sobre a tarifa. Estudantes do ensino fundamental, médio e superior da rede de ensino regular recebem 50% de desconto no valor da tarifa do serviço de transporte coletivo municipal, desde que previamente cadastrados e portando carteira de identificação;
- Especiais - São isentos do pagamento da tarifa, devendo a Concessionária realizar o transporte sem a cobrança de qualquer importância respeitando o quantitativo de embarques no decreto 5.738/2023 e nos termos das leis abaixo:
 - I- Nos termos da lei municipal : 2.764/97- portadores do vírus HIV.
 - II- Nos termos da lei municipal 2.977/01- pacientes em tratamento instituto Oncológico e Hemodiálise.
 - III- Nos termos da lei municipal 3.151/02 - Mães em trânsito com filhos nas creches.
 - IV- Nos termos da lei municipal 3.229/03 - Portadores de deficiência provisória ou permanente.
 - V- Nos termos da lei municipal 3.246/03 - Alunos assistidos pela APAE e seus acompanhantes.
 - VI- Nos termos da lei municipal 3.808/09 - Munícipes na faixa etária de 60 a 65 anos.
 - VII- Nos termos da lei municipal 3.905/2011 e decreto 4.309/15 - Membros associados ASCATAG e ASCARGECA.
 - VIII- Nos termos da lei municipal 2.757/97 - Atiradores do Tiro de Guerra.
 - IX- Nos termos da lei municipal 3038/01 - Gestantes.
 - X- Nos termos da lei municipal 4587/19 – Jovem aprendiz.
 - XI- Nos termos da constituição federal artigo 230.
- Outros - Outras categorias beneficiadas com gratuidade no sistema de transporte são: empregados da empresa, carteiros, fiscais da prefeitura, fiscais de trânsito, oficiais de justiça, polícia civil, polícia militar e fiscais do Procon.

6.3 Vale ressaltar que o sistema de bilhetagem eletrônica existente no município de Cataguases, deverá seguir as orientações conforme a lei municipal 5.738/2023.

6.4 Em complementação foram georreferenciados os principais polos geradores de viagens, além dos principais pontos de ônibus. Designa-se polos geradores de viagens empreendimentos e prédios públicos em que, diariamente, são locais de realização de atividades econômicas, sociais, escolares e de lazer.

CLÁUSULA SETIMA – DA ESPECIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DAS INSTALAÇÕES E DA FROTA

7.1 Como já apresentado anteriormente, o objeto licitado é o atual sistema de transporte coletivo urbano no município de Cataguases. Além da descrição já citada, ressalta-se que o Anexo XIX do edital apresenta a viabilidade econômica, assim com o cálculo da tarifa desse sistema.

7.2 Em complemento a essa análise foi considerado a necessidade de uma especificação para a garagem e suas necessidades. Para alterações na garagem ou seus serviços, deverá constar laudos assinados por engenheiros responsáveis (ART).

7.3 Entende-se como garagem, o terreno ou área de uso específico, oficina de manutenção e serviços complementares destinados ao apoio ao transporte coletivo urbano por ônibus.

7.4 No aspecto construtivo os projetos e instalações devem estar em conformidade com as posturas e regulamentações municipais, bem como com as legislações ambientais que atendam as demais exigências legais pertinentes.

7.5 Deve ser dado tratamento adequado ao layout e às instalações, de modo a evitar transtornos de ruído, gases e dejetos às áreas circunvizinhas.

7.6 A garagem deve ser dotada de todos os requisitos a seguir mencionados:

7.6.1 Instalações

7.6.1.1 A garagem, utilizada pela empresa prestadora dos serviços de transporte coletivo, deverá estar localizada dentro do município de Cataguases. O local indicado deverá adequar-se a topografia da região respeitando também as leis de uso e ocupação do solo. Deverá dispor de áreas de estacionamento, de abastecimento, lavagem, manutenção, administração, entre outras, conforme caracterizado a seguir.

7.6.1.2 A área do terreno deve atender satisfatoriamente às necessidades da operação, manutenção e guarda dos veículos, considerando-se um padrão mínimo de 100 m² por veículo do tipo básico, e de 70 m² por veículo para a frota de veículos midi e mini.

7.6.1.3 Todas as áreas de circulação de veículos deverão possuir pavimentação (blocos de concreto intervalado, paralelepípedo, asfalto ou concreto simples).

7.6.2 Pátio

7.6.2.1 Área fechada delimitada para estacionamento da totalidade dos veículos, sendo permitida a utilização de pátio de estacionamento adicional, localizado em outro terreno, também fechado, para a guarda dos veículos, como complementação da área da garagem.

7.6.2.2 O piso do pátio, tanto da garagem como do pátio do estacionamento complementar, caso houver, deverá ser pavimentado através de blocos de concreto intertravado, paralelepípedo, asfalto ou concreto simples.

7.6.3 Posto de Abastecimento

7.6.3.1 Bombas dotadas de marcador de vazão e perfeito sistema de escoamento que permita a retenção e separação de despejos de óleo combustível, de modo a evitar o seu lançamento na rede pública de esgoto e galeria de águas pluviais. Deve ser área coberta.

7.6.4 Lavagem

7.6.4.1 Área dotada de sistema de escoamento de águas servidas com instalação retentora e separadora de despejos como graxa, óleo e outras substâncias, de modo a evitar o seu lançamento na rede pública de esgoto e galeria de águas pluviais. Deve ser equipada com máquina de lavagem e ser área coberta.

7.6.5 Inspeção de frota e manutenção

7.6.5.1 As oficinas deverão possuir valas ou rampas de manutenção, máquinas e equipamentos necessários para desenvolver as atividades do plano de manutenção e inspeção dos ônibus da frota. Deve ser área coberta.

7.6.6 Funilaria e Pintura

7.6.6.1 O local designado para esta atividade deverá ser isolado das demais áreas, possuir perfeito sistema de exaustão com filtros, a fim de evitar todos os tipos de poluição e controlando a retenção de resíduos.

7.6.7 Almoxarifado

7.6.7.1 Área fechada e reservada para uso específico de estocagem de peças e materiais.

7.6.8 Lubrificação e lavagem de peças e chassi

7.6.8.1 Área de lavagem de peças e chassi deve permitir que se faça a limpeza de componentes com jatos de água quente/fria ou por imersão com equipamento específico que não desprenda gases nocivos à saúde do operador e ao meio ambiente.

7.6.8.2 As paredes da área de lavagem devem ser revestidas de cerâmica, devendo ainda existir uma mureta para proteção ao trabalhador, também revestida com cerâmica, quando não forem utilizadas máquinas específicas de lavagem.

7.6.8.3 Ambas as áreas devem contar ainda com um perfeito sistema de escoamento de águas servidas com instalação retentora e separadora de despejos como graxa, óleo e outras substâncias, de modo a evitar o seu lançamento na rede pública de esgoto e galeria de águas pluviais.

7.6.9 Setor de tráfego

7.6.9.1 Área destinada ao controle das operações de tráfego, contando com instalações específicas para o plantão de tráfego e reserva de operadores, dotados dos equipamentos e mobiliários necessários.

7.6.10 Portaria de veículos

7.6.10.1 Local próprio para entrada e saída de veículos, provido de portão e instalações para controle de movimentação da frota.

7.6.11 Portaria de pessoal

7.6.11.1 Local próprio para entrada e saída de pessoas autorizadas, com instalações adequadas para controle de movimentação.

7.6.12 Administração

7.6.12.1 Área destinada aos serviços administrativos. A garagem deverá contar ainda com instalações de apoio como: sanitários, vestiários e refeitórios.

7.6.13 Especificação da Frota

7.6.13.1 A concessionária deverá apresentar a frota para início da prestação dos serviços em conformidade com as características e especificações técnicas definidas neste contrato, que valerão a qualquer tempo, para todos os veículos novos que passarem a integrar a frota do sistema de transporte coletivo do município de Cataguases.

7.6.13.2 As especificações aqui descritas continuarão válidas para avaliação dos veículos não novos que vierem a ser apresentados em substituição aos inicialmente propostos, procedendo-se a eventuais adequações a cada caso concreto, se necessárias.

7.6.13.3 No caso de haver modificações na legislação, nas normas técnicas, ou mesmo, decorrentes de evoluções tecnológicas de mercado, serão feitas adequações às especificações a seguir descritas, atualizando o contrato e o regulamento.

7.6.13.4 Para a especificação, serão consideradas as características operacionais das linhas e das vias que integram o seu itinerário. Desta maneira, em linhas com pouca demanda de passageiros, o poder executivo municipal poderá permitir a substituição do veículo convencional por midiônibus, microônibus, miniônibus ou vans.

7.6.13.5 A operadora deverá uniformizar a identificação de sua frota no tocante a cores, desenhos e demais elementos de identificação visual, segundo normas definidas pela Prefeitura Municipal de Cataguases.

7.6.13.6 Os dois primeiros assentos dianteiros (no lado direito dos ônibus) serão destinados ao uso preferencial por pessoas portadoras de deficiências, gestantes e idosos, e deverão estar devidamente identificados.

7.6.13.7 A idade máxima dos ônibus midiônibus, padrons e Básicos, utilizados na prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no município é de 10 (dez) anos de uso efetivo, e de 8 (oito) anos para os microônibus e miniônibus.

7.6.13.8 Para o início da operação, após a ordem de serviço, a idade média da frota, não poderá ultrapassar a idade média prevista no edital.

7.6.13.9 A Frota Inicial para a operação dos serviços é de 7 (sete) veículos operacionais por lote e 4 (três) veículos reservas, totalizando 32 (trinta e dois) veículos.

7.6.13.10 A Concessionária deverá utilizar a mesma quantidade de veículos atuais, possibilitando corrigir ou adequar o modelo proposto.

7.6.13.11 A idade máxima dos veículos, sendo que a idade máxima para qualquer tipo de veículo não pode ser maior que 10 anos. Isso possibilita mais qualidade ao transporte aos usuários, além de proporcionar aos empresários um horizonte de planejamento de renovação de frota.

CLÁUSULA OITAVA– DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1 O serviço de transporte coletivo urbano que deverá ser prestado inicialmente é o apresentado no termo de referência, no que se refere as linhas e trajetos do sistema atual. A tarifa inicial considerada será de R\$ 3,80.

8.2 Ao que se refere a manutenção dos veículos, exige-se que a empresa semestralmente envie ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para a função, documento que ateste que o veículo esteja em perfeitas condições de prestar o serviço, podendo ser expedido por mecânico da própria empresa ou por laudo de empresa contratada.

8.3 Em nenhum momento a empresa vencedora poderá subcontratar a prestação do serviço a ser realizado.

8.4 Ressalta-se que a infraestrutura dos pontos de ônibus será de responsabilidade da contratada, sendo assim a responsabilidade da contratante será a fiscalização da manutenção e execução das melhorias executadas.

CLÁUSULA NONA– DO PRAZO

9.1 O prazo da concessão é de 10 (dez) anos, nos termos da Legislação Municipal, podendo ser prorrogado por igual período, em ato devidamente motivado, nos termos do art. 23, XII da Lei Federal nº 8.987/95 e da Lei 8.666/93, em razão de comprovado interesse público, e desde que, durante o prazo contratual inicial, o serviço tenha sido executado na forma do § 1º, do art. 6º, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de abril de 1995.

9.2 A análise para prorrogação resultará em um parecer que a contratada deverá expedir, dando continuidade ou iniciando o processo de término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS INDICADORES

10.1 Os objetivos e finalidades pretendidas pelo Poder Público para os serviços que serão transferidos são:

10.1.1 Oferecer à população, com a implantação do Projeto Futuro, um sistema de transporte coletivo municipal racional, eficaz e capaz de produzir melhorias na mobilidade urbana do município;

10.1.2 Oferecer à população, com o início das operações contratadas, um serviço de qualidade, ou seja, aquele que satisfaça as condições de:

10.1.3 Regularidade: o serviço deve estar de acordo com as regras estabelecidas neste Edital e seus Anexos para sua prestação;

10.1.4 Continuidade: o serviço não pode ser paralisado, mesmo em situações adversas;

10.1.5 Eficiência: o serviço deve ser executado com presteza, buscando o melhor resultado com o menor custo possível;

10.1.6 Segurança: o serviço deve cumprir as normas e legislações vigentes garantindo a condução e manutenção dos veículos, instalações e equipamentos adequados;

10.1.7 Generalidade: o serviço deve ser prestado de forma igualitária, sem discriminação entre os usuários;

10.1.8 Cortesia: bom tratamento ao público na sua prestação;

10.1.9 Modicidade das tarifas: acessíveis às classes mais necessitadas do serviço.

10.1.10 Os padrões objetivos de qualidade mínimos pretendidos pelo Poder Público para o serviço a ser transferido, exceto em situações de comprovada anormalidade, são:

10.1.10.1 Regularidade: a regularidade da prestação do serviço será medida pelo Índice Mensal de Cumprimento de Viagens obtido pelo quociente entre o número de viagens realizadas mensalmente e o número de viagens programadas e o resultado deve ser igual ou maior que 90% (noventa por cento) para ser considerado como regular. Sendo que esse cálculo será baseado nos dados fornecidos pela bilhetagem eletrônica.

Índice Mensal de Cumprimento de Viagens \geq 90%

10.1.10.2 Pontualidade: a pontualidade da prestação do serviço será medida pelo Índice Mensal de Pontualidade obtido pelo quociente entre o número de viagens realizadas mensalmente no horário programado e o número de viagens total realizadas e o resultado deve ser igual ou maior que 90% (noventa por cento) para ser considerado como pontual. Sendo que esse cálculo será baseado nos dados fornecidos pela bilhetagem eletrônica.

Índice Mensal de Pontualidade \geq 90%

10.1.10.2.1 Onde: Horário Programado é o horário de partida da viagem, estabelecido para as linhas do sistema no Anexo XVII, ou qualquer outro que venha a ser fixado pelo PODER CONCEDENTE durante a vigência do contrato, com tolerância de 10 (dez) minutos para mais ou para menos.

10.1.10.3 Disponibilidade de Frota: calculada pelo quociente médio mensal entre a frota que efetivamente realizou as viagens e a frota programada, cujo resultado deve ser igual ou maior que 90% (noventa por cento) para ser considerado como atendido.

Disponibilidade de Frota \geq 90%

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– POLÍTICA TARIFÁRIA E CRITÉRIOS DE REAJUSTE E DE REVISÃO DA TARIFA DE REMUNERAÇÃO DA PRESTAÇÃO (LEI 8.987/95, ART. 18, VIII e Lei 12.587/2012, ART. 9º, § 7º).

11.1 A remuneração básica dos serviços prestados será pela apropriação, pela Concessionária, da tarifa pública paga pelos usuários.

11.2 A tarifa pública para remuneração do serviço concedido será única e fixada pelo Poder Concedente em valor equivalente à tarifa de remuneração da prestação, que atualmente é de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), mas após a assinatura do contrato a nova tarifa será de R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos). Tal medida é para atender os cálculos de sustentabilidade do contrato, sendo que a medida visa já atender a nova perspectiva de alteração do sistema de transporte.

11.3 O valor da tarifa de remuneração da prestação será corrigido, a partir do último reajuste, por reajuste periódico anual, mantendo-se, independentemente disto e a qualquer tempo, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão durante todo o contrato, utilizando-se, para a definição da nova tarifa, as variações

dos preços dos insumos incidentes sobre a operação do sistema e a planilha da ANTP como base de demonstração do cálculo.

11.4 Para a correção do valor da tarifa de remuneração serão considerados os seguintes custos, referentes à operação do sistema de transporte de passageiros por ônibus:

- a) Custos Variáveis: custos com consumo de diesel, lubrificantes, material de rodagem (pneus e câmaras) e de manutenção da frota e equipamentos (peças e acessórios);
- b) Custos Fixos: custos de depreciação da frota e equipamentos necessários à operação, de remuneração do capital, de pessoal de operação e administrativo e das despesas administrativas em geral;
- c) Impostos e taxas incidentes;
- d) Demanda pagante transportada e quilometragem produzida pelas empresas operadoras.

11.5 Independentemente dos reajustes periódicos anuais previstos, a qualquer tempo, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão deverá ser mantido durante todo o contrato.

11.6 Ressalvado o Imposto Sobre a Renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão da tarifa de remuneração da prestação, para mais ou para menos, conforme o caso.

11.7 Aos maiores de sessenta e cinco anos de idade (Constituição Federal, art. 230, parágrafo 2º) e às categorias definidas por legislação municipal específica, vigentes nesta data, é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos, desde que previamente cadastrados pela Concessionária.

11.8 Aos estudantes do município de Cataguases é assegurado, conforme legislação municipal vigente (Lei nº 3.971/2011), o desconto de 50% no valor da tarifa pública para as viagens residência – escola e vice versa, desde que devida e previamente cadastrados.

11.9 As gratuidades e isenções de tarifas atualmente existentes estão contempladas no atual valor da tarifa.

11.10 Ressalta-se que poderá ser prevista a implantação de pagamento de subsídios para auxiliar no custeio das gratuidades ou diminuição da tarifa. Nesses casos, a tarifa deverá ser recalculada ou deverá ser apresentado estudo em que apresente a cobertura dos custos pelo subsídio proposto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO

12.1 Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, são direitos e obrigações dos usuários:

- receber serviço adequado em contrapartida ao pagamento de tarifa;
- receber do Poder Concedente e da Concessionária, informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- levar ao conhecimento do Poder Concedente e da Concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento referentes à execução da concessão;
- receber do Poder Concedente e da Concessionária informações necessárias ao uso dos serviços concedidos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

13.1 Direitos básicos do PODER CONCEDENTE são todos aqueles previstos em Lei e contrato, destacando-se especialmente os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal, a de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços durante a vigência da Concessão, através de reajustes ou revisão periódica de tarifas.

13.2 Direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando-se especialmente os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro dos serviços, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade da prestação dos serviços e atendimento do crescimento da demanda, constituindo a obrigação fundamental das concessionárias a de prestar serviço adequado tal como definido no art. 6º da Lei 8.987/95.

13.3 O objetivo da presente concessão é a operação de serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, em caráter de exclusividade.

13.4 Sem prejuízo das demais obrigações previstas em lei, Edital, Contrato e proposta da CONCESSIONÁRIA, as quais devem ser cumpridas integralmente, consistem suas obrigações gerais:

13.4.1 Cumprir fielmente as disposições aplicáveis da legislação municipal, bem como dos demais diplomas legais e regulamentares que venham a ser instituídos durante a vigência do Contrato;

13.4.2 Acatar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE;

13.4.3 Cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horário que venham a ser fixadas pelo PODER CONCEDENTE;

13.4.4 Responder por todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que incidirem, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes deste contrato, incluindo as obrigações trabalhistas e previdenciárias;

Setor de Licitações

032 99940 5331 – licitacaopmcataguases@gmail.com

Concorrência Pública 005/2023

13.4.5 Encaminhar ao PODER CONCEDENTE, sempre que for solicitado, documentação de qualquer espécie, pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto desta Concessão;

13.4.6 Manter o PODER CONCEDENTE, sempre que juridicamente possível, à margem de ações judiciais, reivindicações ou reclamações oriundas da execução do Contrato;

13.4.7 Cumprir as demais obrigações estabelecidas na legislação municipal em vigor;

13.4.8 Colocar permanentemente à disposição do usuário, contra o pagamento da tarifa de utilização efetiva, através dos meios de pagamento legalmente válidos, os serviços contratados, na forma, preços, percursos, horários e demais elementos do serviço, em conformidade com o presente Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4.9 Garantir o transporte gratuito aos maiores de 65 anos e aos usuários beneficiados pela legislação municipal.

13.5 Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA sobre Pessoal:

13.5.1 Conforme Lei 4.848/2022 a concessionária é obrigada a manter os trabalhadores vinculados à operação e manutenção, nas empresas atualmente responsáveis pela prestação do serviço, de forma a minimizar, no Município, o impacto social que possa vir a decorrer de substituição de empresas operadoras.

13.5.2 Manter seus empregados devidamente identificados e adequadamente uniformizados.

Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA Relativas à Operação dos Serviços de Transportes:

13.5.3 Na prestação dos serviços, deverão ser utilizados veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas pela legislação específica e pelo respectivo Edital de Licitação, em perfeitas condições de uso e limpeza;

13.5.4 Substituição ou ampliação, se for o caso, e de comum acordo com o PODER CONCEDENTE, da frota necessária ao atendimento dos serviços, escopo desta concessão;

13.5.5 Cumprimento da programação diária dos serviços a serem executados, atendendo às determinações emitidas pelo PODER CONCEDENTE;

13.5.6 Cumprimento das demais determinações constantes na legislação municipal em vigor.

13.6 A Concessionária deverá, obrigatoriamente, durante toda a execução do contrato até a sua total liberação, demonstrar ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para a função, que mantém as condições de sua habilitação, principalmente quanto aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - Será competente para acompanhar o desempenho da presente outorga o Órgão Municipal de Trânsito (CATRANS), na pessoa do servidor Fabricio Zulato ou por outro servidor designado por ele, nos termos estabelecidos no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15.1 A Concessionária deverá assegurar a existência e manutenção em vigor, durante todo o prazo de duração da concessão, das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes a concessão, em condições aceitáveis pelo Poder Concedente.

15.2 A Concessionária manterá em vigor, obrigatoriamente, seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

15.3 A Concessionária deverá certificar ao Poder Concedente, até 30 de janeiro de cada ano, que a apólice do seguro previsto nesta Cláusula estará válida no último dia do exercício social em curso.

15.4 A Concessionária, com aprovação prévia do Poder Concedente, poderá alterar coberturas ou outras condições da apólice de seguro, visando adequá-la às novas situações que ocorram durante o período deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

16.1 Extingue-se a concessão por:

- I. advento do termo contratual;
- II. encampação;
- III. Caducidade
- IV. rescisão;
- V. anulação;
- VI. falência ou extinção da Concessionária

16.2 Extinta a concessão, reverterem ao Poder Concedente todos os bens reversíveis e cessam, para a Concessionária, todos os direitos emergentes deste Contrato.

16.3 Na extinção da concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo Poder Concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

16.4 A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo Poder Concedente, de todos os bens sob depósito ou reversíveis.

16.5 Nos casos de advento ao termo contratual e de encampação o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização eventualmente devidos à Concessionária.

16.6 A reversão no advento do termo contratual ou na encampação far-se-á com a indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com a prévia aprovação do Poder Concedente, tendo por objetivo garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

16.7 Considera-se encampação a retomada da concessão pelo Poder Concedente, durante o prazo de sua vigência, por motivo de interesse público, mediante lei específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do parágrafo anterior.

16.8 A inexecução total ou parcial deste contrato acarretará, a critério do Poder Concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições contratuais.

16.9 A caducidade da Concessão poderá ser declarada pelo Poder Concedente quando:

- I. o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros constantes do Edital definidores da qualidade dos serviços;
- II. Concessionária descumprir cláusulas contratuais e não saná-las no prazo de 90 (noventa) dias depois de notificada;
- III. a Concessionária paralisar os serviços ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- IV. a Concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
- V. a Concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- VI. a Concessionária não atender à intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- VII. a Concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;
- VIII. descumprimento de decisões judiciais ou arbitrais;
- IX. sub-concessão ou transferência da Concessão sem prévia autorização do Poder Concedente, ou em desacordo com os requisitos dos art. 26 e 27 da Lei 8.987/95;
- X. cobrança de tarifa superior ao valor fixado no Contrato de concessão;
- XI. não pagamento ao Poder Concedente, nos prazos previstos no Edital sem causa justificada, de quaisquer parcelas devidas pela outorga da concessão;
- XII. ocorrer a dissolução da Concessionária.

16.10 A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

16.11 Não será instaurado processo administrativo de inadimplência, antes de comunicados à Concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

16.12 Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do Poder Concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

16.13 A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do parágrafo quinto, descontando o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Concessionária.

16.14 Declarada a caducidade, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da Concessionária.

16.15 O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, mediante ação especialmente intentada para esse fim. Os serviços prestados pela Concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial transitada em julgado.

16.16 À Concessionária, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções administrativas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo, quando for o caso, de perdas e danos:

- ✓ Advertência
- ✓ multa administrativa acumulável com as demais sanções;
- ✓ suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar à Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- ✓ declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.17 A extinção acarretará as seguintes consequências:

- I. assunção imediata dos serviços pelo Poder Concedente;
- II. execução das garantias contratuais, para ressarcimento do Poder Concedente, dos prejuízos causados pela Concessionária;
- III. retenção de eventuais créditos decorrentes deste Contrato de concessão, até o limite dos prejuízos causados ao Poder Concedente.

16.18 As multas aplicáveis à concessionária serão aquelas previstas na legislação em vigor, especialmente da Lei Federal 8.987/95/95 ou as que vierem a ser definidas pelo poder público através de lei.

16.19 O valor das multas a que se refere o parágrafo anterior será cobrado em dobro, quando houver reincidência de infrações, devendo ser recolhidas 48 (quarenta e oito) horas após decorrido o prazo recursal na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REGIME FISCAL

17.1 A Concessionária ficará sujeita, nos termos e condições da legislação brasileira aplicável, ao regime fiscal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS CONCEDIDOS

18.1 A Concessionária é a única responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à execução dos serviços vinculados à concessão.

18.2 Nos contratos de financiamentos a Concessionária poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão até o limite em que não comprometa a execução dos serviços concedidos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS DEVERES GERAIS DAS PARTES

19.1 As partes comprometem-se, nos limites do estabelecido no presente Contrato, a cooperação mútua na consecução dos objetivos e das metas da concessão.

19.2 Constitui especial obrigação da Concessionária zelar para que nos seus contratos com terceiros, com objetivo integrado a atividades da concessão, sejam rigorosamente observadas as regras deste Contrato e demais normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis sobretudo, no que diz respeito às medidas de salvaguarda dos usuários do sistema, do pessoal afeto à concessão e do meio ambiente.

19.3 Para os fins previstos no parágrafo anterior a Concessionária compromete-se e responsabilizar-se perante o Poder Concedente a apenas contratar entidades que detenham capacidade técnica e profissional adequadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA PERANTE O PODER CONCEDENTE E TERCEIROS

20.1 A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato.

20.2 A Concessionária responderá, nos termos da lei, por quaisquer prejuízos por ela causados aos usuários ou terceiros no exercício das atividades da concessão.

20.3 A Concessionária responde, também, nos termos da relação comitente - comissário, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades que contratar para a execução de atividades vinculadas à concessão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 O Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

21.1.1 unilateralmente, pelo Poder Concedente, caso haja situações de interesse público que as justifiquem;

21.1.2 por consenso, desde que preservado interesses social e público.

21.2 Em havendo alteração unilateral deste Contrato, que aumente os encargos da Concessionária, o Poder Concedente deverá restabelecer o inicial equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato.

21.3 O reajuste do valor da tarifa, para reposição de perda do valor aquisitivo da moeda, não caracteriza alteração deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DAS SANÇÕES

22.1 Pela inadimplência total ou parcial do contrato o Município poderá, garantida a prévia defesa, respeitado o contraditório e obedecido o devido processo legal, aplicar à Concessionária as seguintes sanções:

22.1.1. Advertência escrita;

22.1.1.1 Caso não seja repassada informações solicitadas do poder concedente;

22.1.1.2 Descumprir itinerários ou criar novos itinerários;

22.1.1.3 Não repassar documentos solicitados;

22.1.1.4 Não repassar as reclamações dos usuários mensalmente;

22.1.1.5 Descumprir as exigências das leis de gratuidade.

22.1.1.6 A advertência será aplicada pela CATRANS, conforme regulamento próprio.

22.1.2 Multas;

22.1.2.1 Após 3 advertências escritas, a multa contratual deverá ser realizada no valor de 10 UFM (Unidade Fiscal Municipal).

22.1.2.2 A multa será aplicada pela CATRANS, conforme regulamento próprio.

22.1.3 Rescisão contratual, após a reincidência de 3 multas do mesmo tema no prazo de 2 anos. Além das situações previstas em leis, além da suspensão temporária, inidoneidade e caducidade, descritos a seguir.

22.1.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

22.1.4.1 A suspensão temporária será dada conforme comprovada fraude e/ou incorreção de informações, para benefício próprio, em documentos repassados ao poder concedente, ou após regular processo administrativo que culminar em Rescisão Contratual em que a Concessionária der causa por descumprimento contratual.

22.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção com base no item anterior, e;

22.1.6 Declaração de caducidade da concessão, nos termos do disposto pela lei federal nº 8.987/95, em especial, seus artigos 27 e 38.

22.1.7 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, observado quanto à caducidade o procedimento especial previsto no artigo 38 da lei federal 8.987/95, notadamente, seus §§ 4º e 5º.

22.1.8 O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de Cataguases, MG, dentro de 03

(três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

22.1.9 A advertência escrita e as multas serão aplicadas pela Catrans, conforme regulamento a ser publicado.

22.1.10 Nos casos em que é prevista pena de Rescisão Contratual, deverá ser instaurado processo administrativo pela Controladoria, conforme lei municipal 4879/22, que respeitados os princípios constitucionais e os mandamentos do presente contrato, apurará a conduta e aplicará a pena proporcional ao dano causado e em conformidade com as legislações vigentes.

22.1.11 O processo administrativo será instaurado pela controladoria, conforme lei municipal 4879/22.

22.1.12 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

22.1.12.1 A suspensão temporária será dada conforme comprovada fraude e/ou incorreção de informações, para benefício próprio, em documentos repassados ao poder concedente.

22.1.13 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção com base no item anterior, e;

22.1.14 Declaração de caducidade da concessão, nos termos do disposto pela lei federal nº 8.987/95, em especial, seus artigos 27 e 38.

22.1.15 Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com o Município, e de 15 (quinze) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.1.16 As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo artigo 87 da lei federal nº 8.666/93, observado quanto à caducidade o procedimento especial previsto no artigo 38 da lei federal 8.987/95, notadamente, seus §§ 4º e 5º.

22.1.17 O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de Cataguases, MG, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- DO FORO

23.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases/MG para dirimir dúvidas, referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro. Por estarem justas e acordadas, os representantes legais do Poder Outorgante e do Permissionário firmam este contrato de outorgada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com todas as folhas numeradas e rubricadas pelos intervenientes, à exceção da última que contém as suas assinaturas, perante as testemunhas abaixo nominadas e assinadas.

Prefeitura Municipal de Cataguases

José Inácio P. P. Henriques

CONCEDENTE

_____.

CONCESSIONARIA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: